

CONCEITOS E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA CIDADE DE ANÁPOLIS E REGIÃO

CONCEPTS AND ADMINISTRATION OF THE WATER RESOURCES IN THE CITY OF ANÁPOLIS AND REGION

SANTANA, Patrick Steffhan Braga de Oliveira ¹
VIEIRA, Andréa dos Santos ²

RESUMO

Este trabalho fez um estudo detalhado de uma série de autores sobre os recursos hídricos e das agendas adotadas a fim de sua preservação, utilizando-se de referência autores e documentos oficiais publicados pelo governo, relacionando sociedade, relatórios do governo e seus órgãos de ação, em especial a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). Inicialmente, foram abordados os conceitos gerais sobre os recursos hídricos, e suas informações referentes as aplicações no Brasil. Posteriormente, a metodologia adotada foram dois questionários, um na cidade de Anápolis e um na região metropolitana do estado de Goiás, compondo-se de perguntas fechadas, focados nos pontos onde a opinião da população é um indicativo do cumprimento dos planos de ações adotados, indagando a opinião, o conhecimento pessoal e quais seriam as melhores possíveis soluções por parte dos sessenta e quatro entrevistados em ambos os questionários. Foi demonstrado que a população local busca indiretamente o acesso às informações através de noticiários, e que o governo é considerado não-transparente quanto a disponibilização de relatórios e mesmo informações triviais a população em geral. Mesmo com o desconhecimento e poucas informações das pessoas entrevistadas, a maioria mostrou que considera a educação, uma das ações do governo, como importante para o combate a práticas contra o meio ambiente e aos recursos hídricos, levando a possibilidade de maior relação entre a sociedade e o estado para que haja uma melhor preservação da água para o futuro, demonstrando que a conscientização sobre os recursos hídricos é o ponto chave para a sua preservação.

Palavras-chave: Recursos Hídricos, Anápolis, PMGO.

ABSTRACT

This present work is a detailed study of a series of authors about the water resources and the adopted agendas adopted for its preservation, using from reference as authors and official documents published by the government, relating society, government rapports and its agencies and sectors, in special the Military Police of Goiás (PMGO). Initially, it has been boarded the general concepts about the water resources, and its information referred to the applications in

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, patricksk7@hotmail.com; Ceres – Go, Maio de 2018.

² Professora orientadora: Mestre, professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás andrea.vieira@yahoo.com.br, Ceres – Go, Maio de 2018.

Brazil. Lately, the adopted methodology was two quizzes, one of them in the city of Anápolis and the other one in the metropolitan region of the state of Goiás, being composed by closed questions, focused on the points where the opinion of the population is an indicative of fulfilling of the adopted action plans, asking about the opinion, personal knowledge and which of them would be the better solutions for those sixty-four asked people in both quizzes. It was demonstrated that the local population seeks indirectly the access to the information thorough the news, and that the government is considered non-transparent when it comes about providing rappers and even trivial information for the population in general. Even with the unfamiliarity and few information of the asked population, most of them showed that the education, one of the government actions, as important for the combat of the practices against environment and water resources, leading to a possibility of relation between the society and state for a better water preservation in the future, showing that the awareness about the water resources is the better key for its preservation.

Keywords: Water Resources, Anápolis, PMGO.

1 INTRODUÇÃO

O contexto atual da água potável requer medidas urgentes de gerenciamento deste recurso. Isso pois este recurso corresponde a uma pequena porção da água disponível no planeta, e vem ocorrendo uma crise hídrica pela consequência da utilização desenfreada por parte da sociedade e pela sua escassez. É previsto que dois terços da população mundial até o ano de 2025 sejam afetados pela crise hídrica (SILVA; SANTOS, 2016).

Observando a importância dos recursos hídricos, medidas e planos de ação foram tomados, constituindo o Plano Nacional de Recursos Hídricos, abordando os aspectos específicos do Brasil, como as questões geográfica e histórica do país. (BRASIL, 2011). As ações de gestão de recursos hídricos, no entanto, requerem uma amplitude, abrangendo também a participação e cidadania nas agendas adotadas (NASCIMENTO, 2012).

A pesquisa foi feita baseando-se no posicionamento de autores especialistas no assunto utilizados como referência por este artigo. Pela observação de diversas medidas adotadas e dos diferentes posicionamentos autorais, uma comparação pode ser realizada a fim de compreender a eficiência destas medidas para a preservação e conservação dos recursos hídricos, observando quais medidas estão e podem ser tomadas para uma melhor gestão destes recursos.

Pela importância dos recursos hídricos, qual é o papel da Polícia Militar (PMGO) perante os crimes ambientais que ocorrem? E se possui papel, como a PMGO pode agir a fim de garantir a segurança e preservação dos recursos hídricos? A população tem conhecimento do papel do governo e de outros órgãos na sociedade em relação aos recursos hídricos? Os

programas adotados pelo governo vêm sendo atendidos? Este são os problemas que visam serem compreendidos nesta pesquisa.

Deste modo, o objetivo deste estudo é explicar os conceitos gerais referentes aos recursos hídricos na sociedade, e qual a participação que a população, o governo e seus órgãos possuem para a preservação destes recursos, também avaliando o conhecimento da população em relação a estes recursos, bem como o papel do governo, sociedade e dos órgãos públicos. Deste modo, foi realizado um questionário, baseando-se nos autores referentes a literatura do artigo, a fim de verificar os objetivos e ações do governo em relação a visão dos entrevistados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 IMPORTÂNCIA DA ÁGUA PARA A CIVILIZAÇÃO HUMANA

A água é um recurso de vital necessidade para a espécie humana, tal como para as espécies domesticadas. Em períodos antigos, já é possível datar as primeiras civilizações, como as mesopotâmicas e egípcia, todas se desenvolveram ao redor da água em rios: Tigre, Eufrates e Nilo, por exemplo. A água era tão importante para estas civilizações que era considerada um símbolo da fertilidade e pureza (WHATELY; CAMPANILI, 2016).

Os egípcios, sabendo da importância dos recursos hídricos, desenvolveram diques e canais e irrigação a fim de ampliarem a utilização da água ao redor do rio Nilo. A civilização chinesa construiu barragens e diques ao longo do rio Amarelo. A civilização egípcia chegou a envolver a questão espiritual quanto a água, como a interpretação de sonhos e consultas espirituais quanto a seca e enchente do rio, enquanto os chineses tentavam uma abordagem de observação e acomodação dos processos naturais (SILVA, 2015).

2.2 DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E SUA NECESSIDADE

Pela necessidade de a água ser um recurso tão importante para as sociedades, uma melhor administração deste recurso foi necessária ao longo da história. Ações e medidas precisaram ser tomadas para o seu melhor aproveitamento e sua distribuição, a fim de evitar a sua escassez (WHATELY; CAMPANILI, 2016).

De acordo com Fehidro, as ações conjuntas que visam o proveito dos recursos hídricos de forma racional e múltipla são chamadas de gestão dos recursos hídricos, e possuem como intuito a preservação, recuperação e proteção destes recursos, equilibrando a relação entre usuário e aqueles que recebem estes benefícios. Desta forma, a gestão voltada para o recurso

hídrico possui um papel importante em relação ao recurso em si e a sociedade, mostrando que há uma necessidade de administração a longo prazo (CASTRO, 2012).

A gestão dos recursos hídricos, sendo esta integrada, tem o papel de garantir a sua conservação, recuperação, uso e preservação para os seus usuários de modo a satisfazer o desenvolvimento equilibrado e a eficácia na região onde se executa. Há nesta gestão uma complexidade, exigindo uma presença dos presentes na região e uma autoridade capacitada para executar e administrar as águas de uma forma consciente (YASUDA, 1993).

O consumo não consciente da água gera transtornos não apenas ao ambiente, mas também ao nível econômico e social. Ainda se menciona que a geração de energia, a escassez dos mananciais, a demanda de água por parte das regiões urbanas desenvolvidas e em desenvolvimento, e até mesmo a produção de alimentos levam a metodologias, voltadas a ações futuras de medida de sustentabilidade deste recurso. Políticas de governança das águas, voltadas a este recurso em uma abordagem descentralizada devido a necessidade, com um gerenciamento local deste recurso (TUNDISI, 2008).

As Nações Unidas definem o conceito de desenvolvimento sustentável baseado no relatório de Brundtland, denominado “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum). É determinado como Desenvolvimento Sustentável como o progresso humano e o consumo de recursos preocupando-se em associar este desenvolvimento com a capacidade de realização das necessidades das gerações futuras. Para que assim se suceda, mudanças baseadas em linhas de critério devem ser determinadas e percebidas socialmente como aceitáveis e realizáveis pela geração presente (CÂNDIDO; LIRA, 2013).

2.3 RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

O Brasil conta com cerca de 12% da água doce do mundo, considerado um país rico neste recurso. Ainda assim, o país é palco de crises hídricas que afetam tanto a esfera econômica quanto social do país. A crise hídrica é um sinal importante da necessidade de manutenção dos recursos hídricos, o que ficou evidente após a crise de 2014. Deste modo, a cobrança pelo uso do recurso hídrico foi fundamental para trazer uma nova perspectiva quanto a água: da gestão de crise para a gestão de riscos associados a água (OECD, 2017).

Medidas e planos de ação foram tomados observando a disponibilidade de água no país e na questão de sua escassez, constituindo o Plano Nacional de Recursos Hídricos, abordando os aspectos específicos do Brasil como as questões geográfica e histórica. (BRASIL, 2011). As ações de gestão de recursos hídricos, no entanto, requerem uma amplitude, abrangendo também a participação e cidadania nas agendas adotadas (NASCIMENTO, 2012).

O Brasil também possui uma legislação referente aos recursos naturais e hídricos, como a lei nº 9.433/1997 e a lei nº 11.445/2007, chamada de “lei de saneamento básico”, aprovadas como medidas na expectativa de que um maior percentual do esgoto do país fosse tratado. O Código Florestal também foi aprovado, a lei nº 12.651/2012 no tocante as matas ciliares, importantes para a proteção das margens dos cursos de rios (BRASIL, 2015).

Foi realizado durante a conferência em Johannesburgo, ocorrida no ano de 2002, o ato de assumir o compromisso de elaboração de planos no processo de gestão integrada com recursos hídricos. Juntamente com outras medidas e planos, ficou conhecido, pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos como o Plano de Águas do Brasil. Uma das questões triviais abordadas em projetos ambientais no Brasil se trata do aspecto do isolacionismo populacional, sendo um obstáculo de ordem estrutural no país. Este isolamento é oriundo de um desafio histórico na ordem política brasileira. Estas questões requerem atividades contínuas por parte do PEA - Programas de Educação Ambiental, estrategicamente articuladas alinhadas ao papel da Educação ambiental (BRASIL, 2011).

No entanto, país conta com tendências de sua administração burocrática, ocasionando inflexibilidade, o emperro administrativo e a sua lentidão. No mundo, os estados vigentes buscaram adotar reformas que foram denominadas Nova Gestão Pública, baseando-se numa perspectiva de descentralização e redução dos níveis hierárquicos. Estas tendências exteriores vêm sendo adotadas no país desde a década de 90 (PEREIRA, 2017).

O Brasil também conta com a Agenda 21, sendo uma proposta que descentraliza as propostas a nível municipal, permitindo que a sociedade civil também participe e se adeque aos objetivos principais pela sua realidade e tendo mais amplitude em um território onde há um isolacionismo populacional. Deste modo, as estratégias e propostas de implementação de Políticas de Desenvolvimento Sustentável podem ser mais bem aplicadas no Brasil, pois o território nacional possui dimensões amplas e continentais. Deste modo, mais participação e cidadania, integração são exemplos de medidas que podem ser mais bem adotadas com esta perspectiva localizada da Agenda 21 (NASCIMENTO, 2012).

Órgãos, como a Polícia Militar, podem através do policiamento ambiental, têm como objetivo garantir a proteção aos recursos hídricos. O trabalho da polícia tem sido intensificado devido ao aumento de crimes ambientais de forma significativa. Para combater estes crimes, a polícia do Distrito Federal, por exemplo, atua no combate ao desvio de cursos d'água, desmatamento e captações ilegais deste recurso, com uma perspectiva de trabalho instrucional com ações educativas e fiscalização em áreas próximas a nascente de rios (LINHARES, 2007).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A cidade de Anápolis foi considerada devido a presença do Ribeirão Piancó no abastecimento hídrico da cidade e pela presença de córregos e ribeirões, sendo o ano de 2018 adotado a fim de se obter uma perspectiva mais atual da importância dos recursos hídricos. Deste modo, esta cidade foi selecionada a fim de se compreender os conhecimentos da população sobre a importância dos recursos hídricos.

A pesquisa foi feita entrevistando-se 50 pessoas na cidade de Anápolis, selecionadas aleatoriamente no Bairro Jundiáí, através de formulários entregue aos entrevistados, sendo posteriormente organizados a fim de análise. O bairro foi selecionado por ter uma maior diversidade de entrevistados, onde se encontra o Parque Ipiranga, por ser um local frequentado pela população da cidade. A pesquisa foi realizada entre os dias 7 e 8 de abril de 2018.

Os dados coletados foram analisados por método quantitativo: quantas pessoas responderam SIM e NÃO a cada uma das perguntas, consistindo-se das denominadas perguntas fechadas. As perguntas presentes nos formulários foram elaboradas baseando-se nas referências bibliográficas citadas neste artigo, bem como a interpretação e conhecimento pessoais do pesquisador do artigo. Uma segunda pesquisa foi realizada, através do Google Forms através da internet. Depois de analisados, os dados obtidos foram adicionados a uma planilha no programa Microsoft Excel e posteriormente elaborados gráficos referentes aos dados obtidos.

Os dados obtidos pela pesquisa foram analisados percentualmente, através de 10 perguntas fechadas presentes no formulário. Esta forma de análise foi adotada a fim de compreender o percentual de pessoas que apresentam posicionamentos favoráveis ou desfavoráveis aos pontos abordados pelas perguntas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As respostas ao questionário foram analisadas e separadas por percentual e quantidade respectivamente, e separados posteriormente em uma tabela. As porcentagens foram arredondadas para melhor entendimento.

Tabela 1 – Respostas ao questionário em Sim, e Não Responderam, por quantidade e por porcentagem – Brasil - 2018

	Respostas
--	------------------

Pergunta	Sim		Não		Não responderam	
	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade
1	89,06	57	9,38	6	1,56	1
2	21,88	14	76,56	49	1,56	1
3	92,19	59	7,81	5	0,00	0
4	34,38	22	64,06	41	1,56	1
5	10,94	7	89,06	67	0,00	0
6	71,88	46	28,12	18	0,00	0
7	93,75	60	4,69	3	1,56	1
8	10,94	7	85,94	55	3,12	2
9	92,19	59	6,25	4	1,56	1
10	10,94	7	85,94	55	3,12	2

Fonte: (o autor, 2018).

Foram realizadas 10 perguntas, as quais cada uma tratava respectivamente dos seguintes aspectos: 1 - investigar se o entrevistado busca informar-se sobre o assunto, 2 - opinião geral em relação as ações do governo para os recursos hídricos, 3 - a importância do papel da população por parte do entrevistado na gestão dos recursos hídricos, 4 - conhecimento sobre a existência do Batalhão Ambiental da PMGO, 5 - medidas tomadas pelo entrevistado ao presenciar um crime ambiental, 6 – analisar se o entrevistado tem visto alguma notícia recente referente a algum crime ambiental (especialmente contra os recursos hídricos), 7 - avaliação da gravidade do crime ambiental do ponto de vista da população, 8 – opinião por parte dos entrevistados sobre a execução da gestão dos recursos por parte do governo, 9 - posicionamento em relação a conscientização dos recursos hídricos a partir da educação e 10 - análise da transparência oferecida pelo governo ao povo.

O questionário foi feito de dois modos: entrevistas no parque Ipiranga, e posteriormente utilizando o Google Forms. Na entrevista no parque Ipiranga, 50 pessoas responderam ao questionário, enquanto no Google Forms, apenas 23 pessoas responderam ao questionário. Das pessoas que responderam ao segundo questionário, apenas 59,1% dos entrevistados puderam ser considerados, uma vez que a décima primeira pergunta questionava se o entrevistado residia na região metropolitana do estado de Goiás, e 41,9 por cento responderam que não.

As perguntas de 1 a 3 são realizadas de modo introdutório ao assunto, buscando saber o conhecimento e a opinião do entrevistador de modo geral. Uma vez realizadas, colocariam alinhado do entrevistado para explorar os aspectos gerais ou específicos.

As perguntas de 4 a 7 avaliavam se as informações necessárias eram de fato transmitidas para a população entrevistada: sobre o conhecimento da pessoa sobre o Batalhão Ambiental da PMGO, posicionamento ao presenciar um crime ambiental e se algum meio informativo ou de comunicação ofereceu a esta pessoa dados sobre os crimes ambientais. Também foi avaliado se os crimes contra os recursos hídricos eram considerados graves por parte dos entrevistados.

As perguntas restantes, de 8 a 10, consistiram em opiniões sobre a participação entre governo e sociedade promovido pelas estratégias adotadas no Brasil, a fim de avaliar as medidas tomadas pelo governo. Foi perguntado nesta seção sobre a gestão governamental não apenas ao referente aos crimes ambientais, mas também em questões como gerenciamento de recursos hídricos e o papel da educação na sociedade.

Quanto a primeira pergunta, foi indagado se o entrevistado obteve algum conhecimento sobre a importância dos recursos hídricos através de mídia ou de outro meio informativo. 89,06% dos entrevistados responderam SIM a esta pergunta. Isso mostra que a população de um modo geral obtém informações sobre os recursos hídricos.

A segunda pergunta aborda o aspecto da ação do governo para o entrevistado, se as ações governamentais são eficientes de positiva ou negativa em relação ao seu ponto de vista. Esta pergunta teve um total de 76,56% de respostas negativas, mostrando que pelo menos dois terços da população consideram que as medidas atuais adotadas pelo governo em relação aos recursos hídricos como ineficientes. 1,56% não responderam ou não souberam responder a pesquisa.

A terceira pergunta teve 92,19% de respostas positivas em relação a questão feita, mostrando que a própria população se considera importante para a preservação do recurso hídrico. Esta pergunta torna como considerável a consciência da população em relação da ação simples do governo como eficiente, mas sim, possivelmente em uma ação conjunta com a população.

Analisando a primeira, segunda e terceira perguntas, leva-se a entender que as informações obtidas pela população podem ser referentes a importância da água para a sociedade humana, mas não necessariamente das ações governamentais. As respostas a estas perguntas podem ser indicativas de que o governo, de um modo geral, ao realizar ações para a preservação dos recursos hídricos, não oferece estatísticas para a população.

A quarta questão pergunta sobre o conhecimento da população sobre a existência do Batalhão Ambiental da PMGO, e foi respondida com 64,06% de respostas negativas e 1,56% dos entrevistados não responderam ou quiseram responder à pergunta. Isso mostra que mesmo que a população obtenha informações sobre os recursos hídricos (como mostrado na primeira

pergunta do questionário), ainda assim não possui informações básicas quanto as medidas adotadas pelo governo e seus órgãos.

A quinta pergunta teve como resultado negativo 89,06% dos entrevistados, mostrando que por mais que as pessoas testemunhassem um crime ambiental, não tinham o menor conhecimento de como poderiam realizar denúncias. Apenas 10,94% dos entrevistados responderam que sabiam como realizar uma denúncia. Observando as respostas dadas as 5 perguntas discutidas, uma hipótese que pode ser elaborada é que a população conhece sim a importância dos recursos hídricos, mas não conhece meios eficientes de comunicar-se com o governo e auxiliar ao combate de práticas criminosas em relação aos recursos hídricos.

Assim como mencionado por Linhares (2007), o papel da Polícia Ambiental é garantir a proteção aos recursos hídricos, mas fica impedida se a população não tem conhecimento de como realizar denúncias ou a que órgão recorrer quando testemunhar um crime ambiental. Mesmo com um órgão destinado a combate de crimes ambientais e contra os recursos hídricos (PMGO), pelo desconhecimento da existência deste órgão e de como realizar uma denúncia, observa-se de imediato que o crescimento do trabalho a proteção dos recursos hídricos poderia ser ainda maior por parte da PMGO do que observado pelo autor. Faz-se assim importante o papel da Polícia na política de gestão pública, especialmente o papel da PMGO em relação aos recursos hídricos.

A sexta pergunta teve 28,12 por cento de respostas negativas, contrastando com os 9,38% de respostas negativas da primeira pergunta. Analisando as respostas fornecidas por estas duas perguntas, leva-se a crer que o papel da mídia é importante para o combate a crimes contra os recursos hídricos, pois parte da população se informa através deste meio de comunicação. Isso mostra que não apenas a ação do governo e população deve ser estabelecida, mas também que a mídia tem um certo papel na preservação dos recursos hídricos. Uma vez que uma porcentagem considerada dos entrevistados considera a mídia como um meio informativo, pode ser esta a razão pela qual os entrevistados tendem achar em sua maioria que as ações governamentais são ineficientes para a gestão dos recursos hídricos.

A sétima pergunta teve um percentual de 4,69% de respostas negativas e 1,56 por cento não respondendo à pergunta, mostrando que a maioria da população compreende a importância dos recursos hídricos, e que de um modo geral, a população considera os recursos hídricos como importantes.

A oitava pergunta foi respondida com 85,94% de respostas positivas e um total de 3,12% de abstenções, com um total de 10,94 por cento de respostas negativas em relação as ações do governo em relação aos serviços fornecidos. Estes dados mostram que uma parcela da população já vem sofrendo com problemas de abastecimento de água e energia eficientes, bem

como saneamento, ou que mostram que a ação isolada do governo é eficiente. As respostas fornecidas demonstram uma insatisfação por parte da população em relação a metodologia empregada pelo governo.

A nona pergunta obteve 92,19% de respostas positivas, mostrando que a educação é considerada pela própria população como relevante ao combate de crimes ambientais, especialmente aos recursos hídricos. Dois por cento não responderam a esta pergunta. Aqui pode ser observada uma possibilidade de comunicação entre o governo e a população para melhor implementação da preservação aos recursos hídricos: a educação.

Se a partir das respostas fornecidas a pergunta 1 e 6 levavam a hipótese de que a população considerava as ações do governo em relação aos recursos hídricos como ineficientes, a resposta a nona pergunta mostra que esta situação pode ser melhorada, pois a população considera que a educação possui um papel fundamental na conscientização e melhor gestão de recursos.

No entanto, a partir das respostas obtidas as perguntas 8 e 9, confirma-se a ideia de que a população possui de certa forma a informação, mas que desconhece os meios de acionar o governo para uma melhor gestão dos recursos hídricos. Mesmo com órgãos eficiente e destinados para esta função, como o Batalhão Ambiental da PMGO, os meios de comunicação entre população e governo são desconhecidos pela maioria das pessoas.

A última pergunta teve 85,94% de respostas positivas, com 3,12% de abstenções de resposta, perguntando aos entrevistados quanto a transparência do governo a população em relação as ações em geral. Esta última pergunta foi crucial para conclusão da hipótese, pois se tratava de indagar ao entrevistado sobre a transparência oferecida sobre o governo. Deste modo, é claro que o governo oferece uma conscientização sobre os recursos hídricos, e têm órgãos especializados para oferecer os serviços, mas que opera separadamente da sociedade quando se trata de combater ações contra os recursos hídricos. Isso mostra que não apenas o isolacionismo populacional e a administração burocrática são empecilhos para a implementação eficiente de ações do governo, mas também a participação popular, mesmo com a Agenda 21 em curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo questionário realizado e pelos autores pesquisados, observa-se que as ações para se cumprir a Agenda 21 no Brasil são unilaterais, sendo tomadas apenas por ações e através de órgãos de ação do governo. A proposta de participação da sociedade não vem sendo implantada com sucesso, uma vez que as respostas fornecidas pelas perguntas mostram desconhecimento

da população, tanto de estatísticas como até mesmo pelo conhecimento de um número para a realização de denúncias.

Mesmo com o governo tendo órgãos competentes como a PMGO, ainda assim, pela falta de informação a população, estes órgãos ficam impedidos de ação. Ainda que o acesso a informação esteja presente, o que está ausente quanto a ação do governo para a sociedade é a transparência, fruto da herança cultural do isolacionismo populacional e da burocracia de tempos anteriores do Brasil. Ainda que o acesso a informação no tempo presente seja mais facilitado do que em tempos anteriores da história do país, é impossível compartilhar informações uma vez que não haja a disponibilidade de dados.

Para os tempos atuais, o governo deve agir com mais clareza e frisando a educação, uma vez este seja um ponto em que as pessoas mais acreditam que possa ser eficiente para melhorar a situação da sociedade. Pode ser que através desta ferramenta, a população tenha uma maior participação nos projetos do governo, cumprindo deste modo a Agenda 21 de forma mais eficiente.

Há muito o que deve ser feito para a preservação da natureza e dos recursos hídricos. No entanto, para que não mais haja esta ameaça, todos devem fazer a sua parte. Para um futuro melhor para as próximas gerações, não apenas o governo, mas também toda a sociedade deve fazer a sua parte.

Independente da medida adotada, os recursos hídricos não podem ser preservados para as gerações atual e futura sem a conscientização por parte de todas as pessoas envolvidas, independente se são membros de um órgão do estado ou uma população pequena de uma cidade. Mesmo que planos de ação sejam adotados, ainda que estratégias sejam implementadas, por mais que a tecnologia e a informação estejam presentes e disponíveis para todos, o ponto principal da preservação do meio ambiente depende principalmente do ser humano, pois todas as civilizações e povos estão envolvidos nesta questão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Política de Águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano; (organização) Franklin de Paula Júnior e Suraya Modaelli. Brasília: MMA, 2011.

_____. **Instrumento de Gestão das Águas** / Câmara dos Deputados. Centro de Estudos e Debates Estratégicos; Brasília: Edições Câmara, 2015. (Série de Estudos Estratégicos, 6)

CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde; LIRA, Waleska Silveira. **Gestão Sustentável dos Recursos Naturais: Uma Abordagem Participativa**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

LINHARES, K. Polícia Militar Garantindo os Recursos Hídricos. Disponível em <<http://www.pmdf.df.gov.br/site/index.php/2011-08-07-02-53-55/16322-policia-militar-garantindo-os-recursos-hidricos>>. Acesso: 02 mar. 2018.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão ambiental e sustentabilidade** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Cobranças Pelo Uso de Recursos Hídricos no Brasil: Caminhos a Seguir**. Florianópolis, 2017. Disponível em <<https://www.oecd.org/regional/regional-policy/Water-charges-in-Brazil-Speech-PT.pdf>>. Acesso: 01 mar. 2018.

PEREIRA, J. D.(Org.). As Faces da Gestão da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, [S.l.], v. 11, n. 23, p. 190-221, jun. 2013. ISSN 2237-6453. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/252>>. Acesso em: 02 mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2013.23.190-221>.

SILVA, Luciene Pimentel da. **Hidrologia – Engenharia e Meio Ambiente**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SILVA, Matheus Passos (Org.). SANTOS, Ruth Maria Pereira dos. **O Papel do Direito na Solução das Demandas Contemporâneas**. Brasília: Vestnik, 2016.

TUNDISI, José Galizia. **Recursos Hídricos no Futuro: Problemas e Soluções**. Revista Estudos Avançados, 2008. v. 22, n. 63.

WHATELY, Marussia. CAMPANILI, Maura. **O Século de Escassez: Uma Nova Cultura de Cuidado com a Água: Impasses e Desafios**. 1ª Edição. São Paulo: Claro Enigma, 2016.

YASUDA, Eduardo Riomey. Gestão de Recursos Hídricos: Fundamentos e Aspectos Institucionais. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8663/7394>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

ANEXO**Questionário**

1. Você tem conhecimento, seja por meio de canais de mídia (como TV, internet, rádio, por exemplo) e até mesmo em outros meios de informação, da importância da água para a vida e para o uso humano?
Sim Não
2. Para você, o governo toma medidas para o melhor uso e preservação dos recursos hídricos?
Sim Não
3. Você considera o papel da população como importante para o melhor uso e preservação dos recursos hídricos?
Sim Não
4. Você sabe algo a respeito ou já ouviu falar sobre o Batalhão Ambiental da Polícia Militar no Estado de Goiás ou em sua cidade?
Sim Não
5. Caso você testemunhe algum crime relacionado aos recursos hídricos (como pesca predatória, córregos ou nascentes por exemplo), sabe como realizar uma denúncia?
Sim Não
6. Você tem visto alguma notícia relacionada a crimes contra a água (citados anteriormente) nos últimos meses?
Sim Não
7. Você considera os crimes contra a água como sendo crimes graves?
Sim Não
8. Para você, o modo que o governo gerencia os recursos hídricos (abastecimento de cidades, esgoto, etcetera) é eficiente?
Sim Não
9. Você considera que a educação pode ser uma maneira eficiente de se evitar que crimes contra a água venham a ocorrer?
Sim Não
10. Você acha que o governo é transparente/claro quanto as informações sobre os recursos hídricos para a população?
Sim Não